



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e quatorze (05.05.2014), às nove horas e vinte minutos (09h20min), no Plenário dos Colegiados Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 80ª Sessão Ordinária, sob a presidência da Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Procuradora-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. José Demóstenes de Abreu e Ricardo Vicente da Silva, bem como as ausências temporárias dos Drs. Clenan Renaut de Melo Pereira e Elaine Marciano Pires. Constatou-se ainda as presenças do Dr. João Rodrigues Filho, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Dr. José Kasuo Otsuka, Chefe de Gabinete da PGJ, do Dr. Célio Sousa Rocha, Promotor de Justiça Assessor da PGJ, além de diversos servidores da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, a Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de ata; 2) Eleição dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional; 3) Proposta de alteração da Lei nº. 2.580/2012 (Dr. José Omar de Almeida Júnior – CAA); 4) Requerimento – Alteração da Lei Complementar nº. 51/2008 (Dr. Roberto Freitas Garcia); 5) Autos CPJ nº. 021/2013 – Sugestão de criação do Núcleo do Patrimônio Público (Dr. Adriano Cesar Pereira das Neves – CAI); 6) Autos CPJ nº. 025/2013 – Solicitações da Força-Tarefa do Ministério Público (Dr. Adriano Cesar Pereira das Neves – CAI); 7) Autos CPJ nº. 030/2013 – Revisão da Lei Complementar nº. 72/2011, que dispõe sobre a criação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO (Dr. Marco Antonio Alves Bezerra – CAI); 8) Autos CPJ nº. 001/2014 – Sugestão de criação de força-tarefa no âmbito criminal (Dra. Kátia Chaves Gallieta – CAI); 9) Autos CPJ nº. 011/2014 – Normatização das atribuições da Diretoria de Inteligência do Ministério Público do Estado do Tocantins (Dra. Kátia Chaves Gallieta – CAI); 10) Indicação de Ouvidor Substituto (Dr. Alcir Raineri Filho); 11) Ofício nº. 80/2014-PJITGS – Comprovação de comprometimento laboral e solicitação de menção nas sessões do Conselho Superior do Ministério Público e do Colégio de Procuradores de Justiça, bem como de anotação em ficha funcional (Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira); 12) Requerimento – Não incidência de desconto de contribuição previdenciária sob o terço constitucional de férias (Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira); 13) Ofício nº. 40/2014 – Comunica a instauração de procedimento investigatório criminal (Dr. Guilherme Cintra Deleuse); 14)

Ofício nº. 54/2014-PJC – Comunica a instauração de procedimento investigatório criminal (Dr. Rafael Pinto Alamy); 15) Ofícios nºs. 13, 16 e 17/14/4ªPJ – Comunica a instauração de procedimentos investigatórios criminais (Dr. Konrad Cesar Resende Wimmer); 16) Ofício nº. 21/14/4ªPJ – Comunica a prorrogação de prazo de procedimento investigatório criminal (Dr. Konrad Cesar Resende Wimmer); 17) Ofícios nºs. 22 e 23/14/4ªPJ – Comunica o arquivamento de procedimentos investigatórios criminais (Dr. Konrad Cesar Resende Wimmer); 18) Ofício nº. 59/2014-GAECO/MPTO – Comunica a remessa de procedimento investigatório criminal à 1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional (Dra. Kátia Chaves Gallieta); e 19) Outros assuntos. De início, a Presidente nomeou o Dr. Marco Antonio Alves Bezerra como Secretário *ad hoc*, tendo em vista as ausências da titular do cargo e de seu substituto. Com a palavra, então, o Dr. Marco Antonio registrou que a **Ata da 79ª Sessão Ordinária** ainda encontra-se pendente da análise dos Procuradores de Justiça, razão pela qual a sua apreciação será postergada para a próxima sessão. Às nove horas e trinta minutos (9h30min), a Dra. Elaine Marciano Pires, Secretária, tomou assento em plenário. Em seguida, inverteu-se a ordem da pauta e colocou-se em apreciação a **Proposta de Alteração da Lei nº. 2.580/2012**, formulada pelo Dr. José Omar de Almeida Júnior e encampada pela Comissão de Assuntos Administrativos, no sentido de que os cargos em provimento efetivo de Analista Ministerial sejam extintos à medida em que forem vagando, e que, para cada cargo extinto, sejam criados dois comissionados, cuja denominação deverá ser definida posteriormente, a fim de atender à demanda das Promotorias de Justiça do MPTO. Em discussão a matéria, a Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães ressaltou a necessidade de se ouvir previamente os promotores de justiça, principais interessados neste tema. Lembrou também que, à época da criação do plano de cargos, a ATMP defendeu que os cargos de analistas das promotorias fossem efetivos. O Dr. Alcir Raineri Filho, Presidente da CAA, consignou que acolheu a proposta do Dr. José Omar, no âmbito da Comissão, por entender que este cargo tem a índole de estar vinculado à deliberação política do órgão de execução e não tem funcionado a contento. O Dr. Marco Antonio, por sua vez, pediu vista da proposta, salientando que pretende alinhá-la a um estudo que tem realizado a respeito da grande quantidade de licenças concedidas a servidores de cargos efetivos na Instituição. Prontamente, a Presidente acolheu o pedido de vista e solicitou ao Dr. Marco Antonio que apresente o seu voto já na próxima sessão, pois, em razão dos impedimentos legais decorrentes de seu último ano à frente

da Chefia da Instituição, qualquer proposta que envolver questão orçamentária deverá ser encaminhada à Assembleia Legislativa até 180 (cento e oitenta) dias antes do término de seu mandato. Na sequência, passou-se à **eleição dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional – CAOP's**, que ocorreu em votação secreta, por área de atuação, na seguinte ordem: 1) **Consumidor** – inscritos: Araína Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Fábio da Fonseca Lopes e Luciano Cesar Casaroti, Promotores de Justiça. Inscrições admitidas à unanimidade. Resultado da votação: a Dra. Araína restou eleita com 4 (quatro votos), o Dr. Luciano recebeu 3 (três votos) e o Dr. Fábio, 1 (um) voto. 2) **Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente** – inscrito: José Maria da Silva Júnior, Procurador de Justiça. Inscrição admitida à unanimidade. Resultado da votação: o Dr. José Maria restou eleito à unanimidade, com 8 (oito) votos. 3) **Cidadania, Direitos Humanos e Mulher** – inscritos: João Edson de Souza e Thaís Cairo Souza Lopes, Promotores de Justiça. Inscrições admitidas à unanimidade. Resultado da votação: a Dra. Thaís restou eleita com 5 (cinco) votos, e o Dr. João Edson recebeu 3 (três) votos. Às nove horas e quarenta minutos (09h40min), o Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira tomou assento em plenário. 4) **Patrimônio Público e Criminal** – inscritos: Alzemiro Wilson Peres Freitas, Marco Antonio Alves Bezerra e Reinaldo Koch Filho. O Dr. Marco Antonio requereu oralmente a sua desistência do pleito, remanescendo como candidatos apenas os Promotores de Justiça. Inscrições e desistência admitidas à unanimidade. Resultado da votação: o Dr. Reinaldo restou eleito com 6 (seis) votos; já o Dr. Alzemiro recebeu 3 (três) votos. 5) **Infância e Juventude** – inscritos: Sidney Fiori Júnior e Zenaide Aparecida da Silva, Promotores de Justiça. Inscrições admitidas à unanimidade. Resultado da votação: a Dra. Zenaide restou eleita com 6 (seis) votos; já o Dr. Sidney recebeu 3 (três) votos. Em seguida, colocou-se em apreciação o **Requerimento de Alteração Legislativa**, formulado pelo Promotor de Justiça Roberto Freitas Garcia, visando à revogação do § 5º, do artigo 131, da Lei Complementar Estadual nº. 51/2008, sob a justificativa de que este dispositivo veda textualmente o pagamento de verba pelo exercício cumulativo de cargos aos membros que estiverem no exercício de substituição automática eventual, seja na mesma comarca ou não. Convidado a prestar maiores esclarecimentos sobre o pedido, o Dr. José Kasuo Otsuka, Chefe de Gabinete da PGJ, destacou que, realmente, o parágrafo mencionado traz impedimentos e provoca distorções quanto à concessão da verba pelo exercício cumulativo de cargos. Ressaltou que o Colegiado, ao deliberar por conceder esta

vantagem, o fez de forma a contemplar toda e qualquer cumulação, ou seja, ainda que ocorra em uma mesma comarca e em eventual substituição automática. Com base nisso, entende que a solução para dissipar tal contrariedade consiste na apresentação de projeto de lei com o fim de revogar o § 5º, do artigo 131, da LC 51/2008. Após amplo debate, o Dr. Clenan Renaut pediu vista do requerimento, no que foi prontamente atendido pela Presidente, que, por sua vez, lembrou do caráter urgente da matéria e adiantou que deverá convocar uma sessão extraordinária para a apreciação deste e de outros assuntos relevantes. Ato contínuo, o Dr. José Maria, Presidente da Comissão de Assuntos Institucionais, pediu a retirada de pauta dos **itens 5 a 9**, todos de relatoria da CAI, justificando que não houve tempo hábil para a Comissão se reunir e concluir os estudos. Dando prosseguimento, o Dr. Alcir Raineri fez uso da palavra para, na condição de Ouvidor do Ministério Público, fazer a **indicação de seu substituto**, conforme deliberado na última sessão ordinária. Assim, indicou a Dra. Jacqueline Borges, com quem já havia conversado previamente a respeito. A Procuradora de Justiça indicada, por seu turno, se disse lisonjeada por ter sido escolhida. Ressaltou que a Ouvidoria, tal qual o seu gabinete, ainda está sendo estruturada, o que não a impede, porém, de aceitar este *mister*, caso não haja nenhuma objeção. Consultados, os demais Membros do Colegiado anuíram à indicação e teceram elogios à nomeação da colega. Na oportunidade, a Secretária apresentou proposta de alteração da **Resolução nº. 002/2009/CPJ**, que “*Dispõe sobre a regulamentação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins*”, a fim de que seja acrescentado um parágrafo, em seu artigo 4º, visando à inclusão do cargo de Ouvidor Substituto no âmbito daquele órgão auxiliar do MPTO. Após breve debate, a Dra. Leila Vilela, primeira no ordem de votação, concordou com a proposta apresentada, apenas sugerindo uma pequena adequação na redação. Os demais Membros do Colegiado também aprovaram o texto, com a ressalva da Dra. Leila Vilela. Assim, restou deliberado, à unanimidade, que a Resolução nº. 002/2009/CPJ passará a vigorar com a seguinte redação: “*Art. 4º. (...) § 1º – Durante o exercício do mandato, o Ouvidor não se afastará de suas atribuições como membro do Ministério Público. § 2º – O Ouvidor terá por substituto Procurador de Justiça de sua livre indicação, que o substituirá, para todos os efeitos, nos seus impedimentos, férias, licenças e afastamentos temporários.*”. Logo após, colocou-se em apreciação o **Ofício nº. 80/2014-PJITGS**, datado de 20/03/2014, em que o Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira, Promotor de Justiça de Itaguatins, apresenta comprovação de

comprometimento laboral e solicita uma menção nas sessões do Conselho Superior do Ministério Público e do Colégio de Procuradores de Justiça, bem como a respectiva anotação em ficha funcional. Após breve debate sobre o assunto, o Dr. Alcir Raineri propôs que fosse consignada em ata uma congratulação do Colégio de Procuradores ao valoroso trabalho do referido promotor de justiça, e que o expediente seja encaminhado à Corregedoria Geral, para análise e providências cabíveis quanto ao pedido de anotação sem eu dossiê. Em votação, a proposta restou acolhida à unanimidade. Na ocasião, todos os Procuradores de Justiça teceram elogios à brilhante atuação do Dr. Paulo Alexandre nas promotorias em que exerceu o seu *mister*. Na sequência, deliberou-se pelo encaminhamento, à Comissão de Assuntos Institucionais, do **Requerimento**, datado de 09/04/2014, também formulado pelo Dr. Paulo Alexandre, de não incidência de desconto de contribuição previdenciária sob o terço constitucional de férias. Em seguida, a palavra foi concedida à Dra. Elaine Pires, Secretária, que apresentou, para conhecimento, os seguintes documentos: 1) **Ofício nº. 40/2014**. Autor: Dr. Guilherme Cintra Deleuse. Assunto: Comunica a instauração de procedimento investigatório criminal; 2) **Ofício nº. 54/2014-PJC**. Autor: Dr. Rafael Pinto Alamy. Assunto: Comunica a instauração de procedimento investigatório criminal; 3) **Ofícios nºs. 13, 16 e 17/14/4ªPJ**. Autor: Dr. Konrad Cesar Resende Wimmer. Assunto: Comunica a instauração de procedimentos investigatórios criminais; 4) **Ofício nº. 21/14/4ªPJ**. Autor: Dr. Konrad Cesar Resende Wimmer. Assunto: Comunica a prorrogação de prazo de procedimento investigatório criminal; 5) **Ofícios nºs. 22 e 23/14/4ªPJ**. Autor: Dr. Konrad Cesar Resende Wimmer. Assunto: Comunica o arquivamento de procedimentos investigatórios criminais; e 6) **Ofício nº. 59/2014-GAECO/MPTO**. Autora: Dra. Kátia Chaves Gallieta. Assunto: Comunica a remessa de procedimento investigatório criminal à 1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Encerrados os itens constantes da pauta, passou-se à apreciação de **outros assuntos**. Inicialmente, a Presidente consignou que mais **3 (três) Promotoras de Justiça Substitutas foram nomeadas**, cuja posse ocorrerá, em sessão solene do Colegiado, no dia 30/05/2014. Logo após, o Dr. Marco Antonio frisou a **necessidade de um maior espaço físico para a Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público**, em razão do elevado volume de processos e da quantidade de servidores lotados no setor. Após breve debate, a Presidente colocou à disposição, provisoriamente, a sala atualmente pertencente à Ouvidoria, que passará a ocupar outra dependência, até que

se encontre uma solução definitiva. O Dr. José Maria, por seu turno, sugeriu que se buscasse, junto ao setor de Engenharia e Arquitetura, uma alternativa para acomodar melhor a referida secretaria. Por fim, a Dra. Elaine Pires questionou o andamento do **projeto de criação de mais um cargo de Assessor Jurídico para cada Procurador de Justiça**, lembrando que, com a efetivação da medida, também deverá ser revisto o espaço físico das salas dos assessores. A Presidente esclareceu que o referido projeto de lei encontra-se em tramitação na Assembleia Legislativa, e que, conforme deliberado pelo Colégio de Procuradores, por questões orçamentárias, as nomeações estão previstas para serem realizadas a partir de 01/08/2014. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos (10h45min), do que, para constar, eu, _____, Elaine Marciano Pires, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

Leila da Costa Vilela Magalhães

José Omar de Almeida Júnior

Alcir Raineri Filho

Clenan Renaut de Melo Pereira

Marco Antonio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz